

Sangue no Jornal: Jornalismo Policial e Sensacionalismo na Internet¹

Maria Laiany SANTIAGO²
Thayonara Izabel FILGUEIRA³
Júnia MARTINS⁴

RESUMO

O presente artigo analisa a relação entre jornalismo policial e sensacionalismo, pautados especialmente na internet, com breve recorte no portal de notícias *O Câmera*, sediado em Mossoró-RN. O objetivo é demonstrar como a espetacularização da violência ganha audiência a partir dos *blogs* de cobertura policial, os quais costumeiramente se isentam da responsabilidade social no registro e divulgação de acontecimentos. As plataformas digitais, por sua vez, favorecem o compartilhamento destes conteúdos espetacularizados, com difusão de imagens e textos que são apropriados e ressignificados por usuários. Esses, muitas vezes, endossam e expandem os estereótipos, pré-julgamentos e discursos de ódio. A análise é qualitativa, com base em teorias do jornalismo citadas por Felipe Pena e Nelson Traquina, realçando a notícia como mercadoria em tempos de imediatismo.

Palavras chaves: jornalismo policial; violência; internet; sensacionalismo; responsabilidade social.

INTRODUÇÃO

Houve um tempo em que os municípios mais interioranos eram vislumbrados como refúgios, como lugares tranquilos, em contraste à violência e à insegurança dos grandes centros urbanos. Pesquisas recentes, contudo, têm mostrado que esse cenário mudou – as cidades menores já não oferecem mais a mesma tranquilidade de outrora; têm exibido crescimento no índice de assaltos, tráfico de drogas, homicídios e outros crimes⁵. Essas mesmas pesquisas apontam que, entre 2000 e 2015, enquanto o número de mortes violentas ascendeu nas pequenas cidades, diminuiu nas maiores. Em Mossoró-RN, contudo, município nordestino de grande porte, a criminalidade aumentou.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação do 5º período do curso de Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: laiany.santiago1965@gmail.com.

³ Estudante de Graduação do 5º período do curso de Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: thayonaraisabel@hotmail.com.

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: juniamartins@uern.br.

⁵ Segundo pesquisa exibida na reportagem especial disponibilizada no Portal G1, “no ano 2000, nas cidades maiores, de cada grupo de 100 mil habitantes, morreram 46 pessoas de forma violenta. Em 2015, esse número caiu para 36. No interior aconteceu o contrário. Subiu de 11 para 16 nas cidades pequenas. E de 16 para 27 nas médias”. Disponível em: <https://glo.bo/2GHZ5xn>. Acesso em 20 de maio de 2018.

Situado no Rio Grande do Norte entre duas capitais brasileiras, Natal-RN e Fortaleza-CE, Mossoró é, no Estado, o segundo maior município em economia e população, com mais de 250 mil habitantes (IBGE, 2010)⁶. Na última década, a cidade potiguar tem apresentado um acelerado crescimento urbano e, simultaneamente a esse processo, a violência urbana também tem alavancado.

Em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Igarapé, em 2017⁷, Mossoró foi apontada como a 18ª cidade mais violenta do mundo. É possível observar que o alto grau de violência e criminalidade repercute consideravelmente nos diálogos cotidianos em variados ambientes de sociabilidade, de modo que a falta de segurança se configura como um dos assuntos mais populares da cidade, ganhando, inclusive, extensiva projeção na mídia.

A cobertura jornalística das ocorrências policiais do município vem sendo publicadas, principalmente, em plataformas digitais. O elevado índice de violência, somado à crise do jornalismo impresso e ao desenvolvimento das tecnologias da informação, impulsionou a atividade jornalística na internet. Muitos *sites* e *blogs* foram criados para editoria de polícia.

Configurado como um portal noticioso local, *O Câmera* é um *blog* de notícias policiais que traz os principais acontecimentos deste segmento desde 2010, no estado do Rio Grande do Norte. Os fatos acontecidos em Mossoró são cobertos pelo próprio portal, enquanto os acontecimentos de outros sítios do Estado são publicados na página recorrendo a textos e imagens de outras fontes.

Uma das características sobressalentes de *O Câmera* é o uso indevido de imagens que fogem à ética jornalística e aos direitos humanos, visto a frequente exposição de fotos de pessoas mortas, em distintos estados de decadência. Tratam-se de registros normalmente efetuados no próprio local do assassinato ou onde o corpo foi encontrado, sem a menor precaução com a preservação da vítima e sua família. Há ainda a adoção de um vocabulário indevido, embora muito típico no ramo do jornalismo policial, permeado por palavras de sentido pejorativo e que dão margem a um juízo de valor sobre os acusados de cometerem crimes. Isso tanto pode ser visto sob a intenção do uso de uma linguagem que os aproxime da comunidade, quanto como forma de estimular a população a julgamentos pré-determinados.

A complementação deste cenário de linguagem agressiva é feita pelos visitantes do portal, que possuem espaço aberto para tecer comentários. Em sua maioria, são mensagens de

⁶ O último Censo, em 2010, constatou uma população de 259.815 pessoas; a estimativa em 2017 calculada pelo IBGE foi de 295.619 habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>. Acesso em 20 de maio de 2018.

⁷ Pesquisa sobre as 50 cidades mais violentas do mundo, realizada pelo Instituto Igarapé e publicada no *The Economist*. Dados divulgados pelo Estadão. Disponível em: <http://bit.ly/2J5mpuA>. Acesso em 18 de maio de 2018.

ódio dirigidas aos acusados ou envolvidos em crimes. A opinião do público exibida no *blog*, constantemente publicada sem filtro para ofensas e similares, mostra a normalidade da aceitação desse tipo de discurso incorporado à forma de noticiabilidade dO *Câmera*.

Bastante popular em Mossoró e região, o portal conta com uma média de 30.000 visitantes diários, acumulando, desde sua criação em 2010, mais de 6 milhões de acessos. Na diagramação, as notícias dividem espaço com anúncios publicitários.

Segundo informações postadas no próprio portal, trata-se de um *blog* que publica notícias policiais em tempo real, que ganhou notoriedade por registrar e contabilizar mortes violentas no estado do Rio Grande do Norte. Na concepção do portal, o mesmo se tornou um dos espaços noticiosos de maior credibilidade na região, servindo como referência para a segurança pública do Estado.

Neste artigo, é trazida uma breve análise sobre o conteúdo dO *Câmera*, na compreensão de que o processo de produção e disseminação de notícias utilizado por este *blog*, de forma local, se fundamenta como um recorte de uma realidade macro, reproduzida em outros *sites* em todo o Brasil. Esse processo normalmente tem a violência urbana e o descuido no tratamento da mesma como matérias-primas para o jornalismo policial, vendendo versões espetacularizadas da realidade como notícia.

JORNALISMO POLICIAL E SENSACIONALISMO

A pouca bibliografia existente sobre editoria de polícia não traz uma definição concisa ou conceito determinado acerca desse segmento. A observação a essa atividade permite, todavia, traçar um esboço do jornalismo policial. Pode ser considerado como a exibição de narrativas construídas por profissionais da área de comunicação que noticiam ou reportam, em especial, fatos da esfera criminal, judicial, de segurança pública, sistema penitenciário e de investigação policial. Essa área jornalística é considerada de bastante relevância por atingir um público massivo, que interage nas plataformas, compartilha as postagens em suas redes sociais e parece crescer junto ao acesso às tecnologias de informação.

A expansão da cobertura vinculada ao jornalismo policial pode ser facilmente notada nos portais de notícias desse campo, onde a exibição de crimes bárbaros tem sido cada vez mais explorada. Apesar da frequente exposição dos crimes de roubo, furto, homicídio, tráfico de drogas e outros acontecimentos extraordinários ser feita de forma invasiva e muitas vezes irresponsável, esse estilo jornalístico aparentemente não encontra ressalvas em sua

distribuição, a qual favorece e estimula uma audiência de consumo do grotesco. A violência passa a não ser apenas naturalizada, adquire um caráter de espetacularização.

Acredita-se que a notícia como espetáculo, porém, esteja enraizada no jornalismo desde seus primórdios; bem antes da cobertura policial surgir como um segmento.

O jornalismo impresso sensacionalista tem um início incerto e difícil de se precisar. Embora algumas enciclopédias dêem como referência o final do século passado, e atribuam aos editores Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst a responsabilidade pela implantação desse gênero jornalístico, o fato é que o sensacionalismo parece ter se enraizado na imprensa desde seus primórdios. (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 13)

De acordo com Angrimani Sobrinho (1995, p. 13), baseado nos escritos de Jean-Pierre Seguin, ao analisar a origem da imprensa em dois países – França e Estados Unidos –, verificou-se que a notícia divulgada como sensacional já estava presente, por exemplo, em um dos primeiros jornais franceses, a *Gazette*, que “se parecia com os jornais sensacionalistas que são feitos atualmente, trazendo *fait divers* fantásticos e notícias sensacionais ‘que agradavam a todos’”. Ele acrescenta ainda que, antecedente à veiculação dos primeiros jornais europeus, circulava na França uma espécie de brochura, chamada de *occasionnel*, com fatos imprecisos, narrados de forma exagerada ou até mesmo fictícios.

No século XIX, faziam muito sucesso na França os “canards”, jornais populares de apenas uma página, impressos na parte frontal e que comportavam título, ilustração e texto. Os “canards” mais procurados, segundo Seguin, eram os que relatavam *fait divers* criminais: crianças martirizadas ou violadas, parricídios, cadáveres cortados em pedaços, queimados, enterrados. (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p.19)

Como parte inerente ao jornalismo, o sensacionalismo é um termo popularmente usado para adjetivar pejorativamente um veículo de comunicação ou o profissional da área de forma abrangente.

Por ser totalitário, o termo leva à imprecisão. O leitor (o telespectador, o ouvinte) entende sensacionalismo como uma palavra-chave que remete a todas as situações em que o meio de comunicação, no entender dele, tenha cometido um deslize informativo, exagerado na coleta de dados (desequilibrando o noticiário), publicado uma foto ousada, ou enveredado por uma linha editorial mais inquisitiva. Sensacionalista é a primeira palavra que a maior parte das pessoas utiliza para condenar uma publicação. Seja qual for a restrição, o termo é o mesmo para quase todas as situações” (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p.13)

Percebe-se que a palavra “sensacionalismo” conta com uma multiplicidade de definições e, para além do senso comum, teóricos da comunicação criaram vários conceitos para o termo, os quais convergem em alguns pontos, como espetacularizar um fato jornalístico

que poderia ser tratado de um modo mais abrandado ou produzir um noticiário que extrapola o real e superdimensiona o fato. Angrimani Sobrinho (1995) afirma que, em algumas situações, a notícia é elaborada como um exercício ficcional, inexistindo relação entre o ocorrido e o que é noticiado. Portanto, o âmbito do sensacionalismo tratado neste artigo aqui apresentado se aproxima do exercício jornalístico que excede a realidade para tornar o fato fantástico.

No jornalismo sensacionalista, a notícia é transformada em espetáculo por possuir um caráter mercadológico. Essa é a opinião de Ciro Marcondes Filho (1989), quando afirma que tal circunstância é reflexo da linha política liberal que tudo mercantiliza, inclusive a notícia. Essa se torna mercadoria para sentimentalizar questões sociais, sendo deturpadas, retiradas do seu contexto ideológico e causal, e se colocando no campo da penalização, do julgamento, da redução dos fenômenos sociais e da sua complexidade. O produto sensacionalista estaria, então, funcionando como um nutriente psíquico que provoca antes insatisfação, que reflexão por parte da audiência. Deve, portanto, ser percebido a partir da psicanálise da economia política, segundo Marcondes Filho.

Para além do caráter informativo e da responsabilidade social devida, a notícia tem, portanto, tomado cada vez mais um cunho comercial. Apesar do profissional produzir a notícia de acordo com seu conhecimento de mundo, essa elaboração jornalística passa por critérios de noticiabilidade a fim de se tornar mais atraente e atingir um maior público. Com isso, alguns elementos na narração do fato são evidenciados propositalmente, corroborando com a teoria do *newsmaking*, a qual é aplicada tanto no que se refere à cultura profissional do jornalista quanto à organização do processo de produção da notícia (WOLF, 2009); fazendo com que esse processo produtivo seja encarado como uma rotina industrial. (PENA, 2013) Tal cenário conflita especialmente com uma das três obrigações⁸ que os órgãos de informação devem manter na produção do noticiário – “elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham a pretensão de dar a cada fato ocorrido um tratamento idiossincrático”. (TUCHMAN apud PENA, 2013, p. 129)

Desse modo, a industrialização da notícia numa sociedade permeada por aparatos e conexões tecnológicas, que facilitam o rápido espraiamento de conteúdo, ajuda, por meio da repetição mecânica desse conteúdo, a construir uma estética da violência, naturalizando crimes, pré-julgamentos e exposição das vítimas.

⁸ As duas outras obrigações são 1. “tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como acontecimento notável” e 2. “organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planificada”. (PENA, 2013, p. 129).

As fotografias do local de um atentado dão uma pálida ideia da náusea provocada por restos humanos despedaçados e pelo sangue em poças ou salpicado nas paredes. A fraqueza das imagens se deve a várias razões: à censura corrente que descarta os documentos mais insustentáveis à perda de definição resultante da reprodução mecânica, à estilização que encena artisticamente as imagens e as transforma em clichês, à banalização induzida pela repetição. (MICHAUD, 1989, p. 51)

O produto sensacionalista adquiriu, sem dúvida, importante valor-notícia no processo de produção. Temas trágicos e delicados como morte, assassinato, atentado e outros acontecimentos fantásticos são explorados sem que se leve em conta a ética jornalística. Quadros de tragédia acompanhados por falas superficiais e supervalorizadas são expostos com a finalidade de atrair o público pelo viés burlesco, sem que haja um debate aprofundado sobre o tema e, conseqüentemente, sem grandes contribuições sociais; sem, inclusive, promover a diminuição da violência urbana. A repetição deste tipo de discurso e linguagem, rotineiramente, desloca os acontecimentos dos seus contextos reais e os colocam numa espécie de simulacro, de realidade representada, teatralizada. Coloca em xeque, assim, o papel do jornalismo enquanto espaço estruturalmente responsável e humanizado. (DINES, 1986).

JORNALISMO POLICIAL NA INTERNET

O avanço tecnológico paralelo ao maior acesso dos indivíduos aos dispositivos digitais provocou um novo fluxo de absorção e produção da notícia. Falando de maneira generalista, qualquer pessoa pode fotografar ou filmar uma situação, editar e publicar em diversas redes sociais e plataformas; tendo este conteúdo compartilhado por um número vultoso de usuários. A notícia, enquanto produto disposto nas instâncias de temporalidade e espacialidade, adquiriu, por sua vez, novos formatos a fim de se adaptar a este cenário de imediatismo e interação.

A internet remodelou o acesso à informação, permitindo que o sujeito pesquise sobre temas diversos em variados lugares do mundo, podendo acessar, por exemplo, não somente noticiários de países longínquos, como também situações em tempo real. Isso facilita a pesquisa para a produção da notícia não apenas para o profissional diplomado de jornalismo, mas para qualquer pessoa que queira produzir notícia.

Os textos jornalísticos, por sua vez, ampliaram seus espaços de publicação no mundo virtual, tornaram-se mais acessíveis e propiciaram maior interação por parte do público

consumidor. Todo este cenário de compartilhamento de informações por distintos dispositivos e plataformas incitam um processo de convergência midiática, que

é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. (JENKINS, 2009, p.43)

Levando em conta esse processo de adaptação dos novos meios de comunicação, deve-se pensar também nas novas formas de interatividade do público consumidor. Quando se trata de jornalismo policial, fala-se de um público específico que demonstra interesse em crimes, acidentes e ocorrências policiais. Notícias desse tipo, com frequência, geram julgamento social, dividem opiniões e podem colocar em risco a vida dos envolvidos em um determinado fato.

Ao escrever uma notícia, o jornalista precisa estar ciente se a mesma é de interesse público ou ter noção da proporção de repercussão que ela pode tomar. Acontecimentos que não fazem parte da rotina são os que ganham repercussão em meios de informações policiais, já que podem ser vistos pelo público como algo novo, desconhecido. Aparentemente, quanto mais um fato foge da normalidade, mais os leitores se sentem atraídos a consumi-lo.

No jornalismo policial, a violência é o tema central em torno do qual o fluxo de informação circula. Mas normalmente, aborda-se a violência *crua*, não a reflexão dos motivos que a provocam ou a análise substancial de quais medidas efetivas podem ser tomadas para o atenuamento da criminalidade. É comum ver, nos mais variados meios de comunicação simpatizantes deste gênero, a proposta do fim da violência por meio da promoção de mais violência. Isso, que poderia ser visto como uma questão de segurança pública e/ou algo que chocasse o público consumidor, parece ganhar repercussão positiva quanto à audiência, que absorve e dissemina este tipo de conteúdo. Os portais policiais atraem o fascínio do público.

Disseminados na internet, os blogs locais adquiriram relevante valor no jornalismo comunitário. É difícil não encontrar, mesmo nas cidades de menor porte, algum espaço noticioso construído por um ou mais moradores que se empenham em acompanhar a rotina da cidade e/ou região para difusão de conteúdo em suas páginas. Normalmente, as notícias policiais tendem a atrair grande atenção dos cidadãos, que passam não apenas a consumir estas notícias, como, muitas vezes, colaboram com a construção delas, enviando fotos, vídeos e depoimentos.

O impulso em produzir a notícia, em registrar aquilo que é novo, desconhecido, e ser o primeiro a divulgar, corrobora para a falta de ética e responsabilidade social; pois muitos não têm o cuidado de averiguar devidamente as fontes, pesquisar sobre o fato, proteger envolvidos. O sujeito comum, apartado do exercício profissional do jornalismo, também quer ser um pouco jornalista. Quer informar, filmar, fotografar, difundir, formar e expressar opinião. Com o auxílio do recurso do compartilhamento em redes sociais, por exemplo, rapidamente ele pode viralizar algo com maior facilidade. Em alguns casos, a difusão deste conteúdo, ao ganhar grande repercussão, acaba pautando os meios de comunicação tradicionais.

As plataformas usadas no jornalismo online contribuem para que as opiniões e julgamentos alheios fiquem expostos para outros usuários, reforçando a possibilidade de maior aprofundamento sobre as notícias. A partir das informações dadas, os leitores expressam seu desejo de justiça, espanto, descontentamento, raiva, tristeza. Porém, os fatos colocados sob o ponto de vista destes *sites* policiais raramente estão contextualizados na trama social, política e econômica no qual se inserem. É moldada uma imagem distorcida da realidade, com estímulo aos discursos de ódio, ao passo em que se isentam de qualquer responsabilidade quanto ao tratamento parcial, criminoso e/ou falseado do que foi publicado.

Nelson Traquina (2005), ao analisar o processo de produção noticiosa, reforça a ideia das notícias como uma construção social, que não representam a realidade como inteiramente é. Ao ser exposto à uma publicação em que o acontecimento é tratado de forma superficial, com clichês e estereótipos, parte do público tende a levar, equivocadamente, aquele conteúdo como uma realidade em si mesma, como uma informação completa. Neste âmbito reside a importância da contextualização dos fatos, pois, “a conceitualização das notícias como histórias dá relevo à importância de compreender a dimensão cultural das notícias”. (TRAQUINA, 2005, p. 170)

São esses padrões, estereótipos etc., que formam a imagem da imprensa perante o público e as imagens que essa imprensa publica e veicula. Nesse caso, podemos observar que um conjunto de experiências e vivências constroem imagens e personagens, nem sempre fiéis ao real, mas vistos como real através das visões individuais. (PAULIN; DORNELLES, 2009, p. 327)

Muitas dessas notícias não têm como prioridade promover discussões transformadoras acerca de um determinado tema, são expostas de forma superficial, contendo apenas informações básicas, descritivas, que não problematiza o acontecido, já que o real foco é

conseguir o maior número de interessados possível. Na internet, especialmente, cada visitante na página é automaticamente contabilizado não somente como leitor do conteúdo, mas também como um número de audiência para as propagandas disponíveis no site, essenciais para mantê-lo. Sendo assim, nestas circunstâncias, o jornalismo policial abre mão do seu poder de relevância social para abordar um acontecimento da maneira mais adequada a lhe gerar maiores fins lucrativos.

A ética é importante em todos os gêneros do jornalismo, obviamente, porém, sublinha-se que o jornalismo policial divulga casos que possuem, em sua grande maioria, pessoas em situação de vulnerabilidade, o que exige ainda uma maior atenção no tratamento do que [e noticiado. Não é adequado expor os acontecimentos de modo isolado, ignorando ocorrências anteriores que acabaram por gerar a notícia e lhe dar relevância. A ausência desses fatores contribui para uma reflexão superficial da população sobre o indivíduo ou situação.

Ao ignorar a origem do problema social em questão – matéria-prima para a notícia que se tornou relevante –, apresenta-se a motivação dos acusados de crimes, por exemplo, a reducionismos como má índole, falta de caráter, ausência de escrúpulo, irresponsabilidade e afins. Problemas sociais não são discutidos como deveriam, contribuindo para a marginalização de muitos dos envolvidos nesses acontecimentos que, pela superficialidade das notícias e incentivo dos meios policiais, acabam se tornando foco de preconceitos e discursos de ódio. Não se defende aqui, neste texto, a descriminalização do crime, certamente. É defendido o direito do acusado ser punido pela Justiça, num processo legal de apresentação de provas circunscrito nos trâmites jurídicos que lhe cabem; e não ser antecipadamente julgado e punido pela imprensa e sociedade, sem o legítimo direito de defesa.

Casos violentos por si só já ganham destaque na mídia por gerarem comoção ou a revolta da população, o que muitos portais policiais fazem é usar estratégias para que essas notícias consigam ainda maior destaque, como por exemplo, divulgando imagens fortes e apelativas, que não acrescentam nada ao texto da notícia. Isso se dá pela visão da notícia como mercadoria que, visando o lucro, se instrumentaliza de artifícios que possam fazer a notícia vender bem e mais; alargando a temporalidade da mesma num processo de “acumulação”, a fim de manter a relevância de um tema (NEUMANN apud PENA, 2013, p. 145)

Os jornalistas, de certo modo, se adaptam aos objetivos organizacionais, produzindo da forma que promova maior repercussão, em detrimento da relevância, nem sempre tratando assuntos com o cuidado necessário. Tendo uma nova forma de acessar notícias, criou-se também um modo renovado de produzir jornalismo. As notícias se tornaram cada vez mais

efêmeras e a necessidade de serem divulgadas em *primeira mão* incentiva um *modus operandi* que não considera o aprofundamento do fato como prioritário. O imediatismo que impera diretamente no tempo reduzido para o trabalho dos repórteres reflete, entre outros pontos, no escasso tempo para pesquisa e na anulação de problematizações que seriam importantes para melhor compreensão daquilo que é publicado. Além do mercado que contabiliza a seu favor, ninguém ganha com este tipo de situação – nem o jornalismo, nem a sociedade.

O PORTAL O CÂMERA

O *blog* foi escolhido por sua popularidade e relevância em Mossoró e no estado do Rio Grande do Norte. Atribuindo a visão da notícia como mercadoria, o portal se utiliza de artifícios que, muitas vezes, vão contra a ética jornalística. Uma das principais formas de apelo do portal é o uso de imagens que, quando relacionadas a acidentes ou crimes com mortes, são fortes, mostrando indivíduos mortos, em estados decadentes. São imagens que mexem com o emocional do público, pois esse é o principal motivo de estarem lá.

Compreende-se que a exposição de um cadáver para a população não é algo imprescindível ou mesmo necessário para que o público esteja bem informado sobre determinado acontecimento. Em outro ponto de vista, a publicização deste corpo não leva em consideração a dor e o constrangimento que isso pode causar aos familiares do indivíduo em questão, que já estariam passando por um momento delicado. Na internet, essa exposição acaba sendo ainda maior, funcionando como um palco que exhibe um espetáculo de imagens, as quais, quanto mais afligirem a condição humana, mais potencial têm em serem compartilhadas.

Em uma matéria analisada, do dia 28 de abril de 2018, pode-se notar, já no título, o apelo para atrair a atenção dos leitores: *Pai e filho são baleados em tentativa de homicídio no Santo Antônio; O filho morreu a caminho do hospital*. Na imagem (Figura 01), há a exploração de elementos sensacionais, como o sangue e estado mórbido do envolvido⁹.

⁹ Aviso: imagens fortes.

Fig. 01: B. B. P. M., 30 anos, vítima de homicídio.



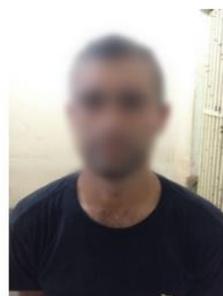
Fonte: *O Câmera*, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2GK1kD8>.

Analisando o texto da notícia, percebe-se que são levantadas suspeitas sobre a idoneidade da vítima, porém a fonte não é precisa, o que colocaria em questão a credibilidade do portal. Nota-se também o uso de uma linguagem coloquial, tratando um dos envolvidos por *seu Sandro*, além da utilização de termos técnicos da polícia ou de termos populares para, aparentemente, dar uma ideia de aproximação com o leitor.

No segundo caso analisado (Figura 02), que data de 4 de maio de 2018, o título mostra um termo policial, que já traz consigo um juízo de valor: *Elemento é baleado e espancado durante tentativa de assalto*.

Fig. 02: A. B. S., 33 anos, baleado por policial e espancado por populares.

Elemento é baleado e espancado durante tentativa de assalto



No início da noite de sexta-feira, 04 de maio, dois elementos tentaram tomar uma motocicleta de uma mulher, próximo de um espetinho na Rua Nilo Peçanha no bairro Bom Jardim em Mossoró. Um popular presenciou a ação dos assaltantes e saiu em defesa da mulher atirando nos assaltantes.

Adriano Barbosa de Sá de 33 anos de idade foi baleado nas pernas e mesmo ferido, foi agredido pelos populares que estavam no local presenciaram a ação. O comparsa de Adriano conseguiu fugir numa motocicleta.

A dona da moto vítima dos assaltantes foi a Delegacia de Plantão para registrar a ocorrência e fazer o reconhecimento de Adriano, que precisou ser socorrido para o Hospital regional Tarcísio Maia.

A polícia aguarda a liberação dele do hospital para conduzi-lo a Delegacia, para os procedimentos.

Segundo informações, Adriano Barbosa de Sá foi preso recentemente portando ilegalmente um revólver calibre 38 muniado e já responde na Justiça por porte ilegal de arma de fogo, por roubo majorado e violência doméstica contra a mulher.



Adriano Barbosa de Sá de 33 anos de idade foi baleado nas pernas sendo transferido para o Tarcísio Maia. Imagem cedida pelo Fim da Linha

Fonte: *O Câmera*, 2018. Disponível em <http://bit.ly/2x2GkFs>.

Na imagem, podemos ver duas fotos do acusado. Numa delas, ele está sendo encaminhado para o hospital, depois do espancamento. No texto, mais uma vez, é usada uma linguagem coloquial, além de haver afirmações sobre o suspeito, sem nenhuma fonte precisa. Os comentários da publicação, em sua maioria, são de leitores afirmando que o envolvido precisaria ter sido ainda mais violentado pela população. Noutros, alega-se que ele deveria ter tido o atendimento médico negado.

O terceiro caso (Figura 03), no dia 3 de maio de 2018, traz o título: *Indivíduo toma celular de assalto é perseguido e morto dentro de casa no Belo Horizonte*.

Fig. 03: I. A. F., 38 anos, vítima de homicídio.



Fonte: *O Câmera*, 2018. Disponível em <http://bit.ly/2x5V7PV>.

As fotos mostram a vítima morta, com completa exploração de sua imagem. O texto, além de não apresentar clareza, traz a polícia como única fonte, afirmando como verdade algo que deveria ser investigado. Também são relatados outros detalhes do momento do homicídio, dando aparência de espetacularização ao acontecimento, como forma de prender a atenção do leitor, que se sente presente ao saber mais sobre o momento do ocorrido. Nos comentários, mais uma vez, discursos de ódio são facilmente encontrados.

Como pode ser notado, as imagens são algo de destaque nas notícias diárias do portal *O Câmera*, tendo muito mais relevância do que um texto bem construído que poderia gerar reflexão na população. Essas imagens estão lá para prender a atenção do leitor, já que imagens de morte e violência tendem a exercer uma forte atração no público. Esse, através do que vê, pode despertar em si uma série de sensações e promover atitudes que tendem a gerar mais visibilidade ao fato.

O sensacionalismo em notícias policiais está presente desde a escolha de qual fato será noticiado até a forma como será publicado. A escolha das imagens também está

umbilicalmente incluída nesse processo, muitas vezes, tomando maior espaço que o desenvolvimento textual do fato. As imagens de forte apelo emocional costumam atizar a curiosidade dos leitores, fazendo com que um público cada vez maior se sinta motivado a acessar o *site* e contabilize, em acessos e compartilhamentos, a “credibilidade” da página.

O forte apelo das imagens também leva a crer que o texto não é suficiente para atrair leitores e conseguir mais lucro. Quando se faz um texto sem muita profundidade, acaba-se abrindo possibilidades de lacunas no tratamento a situações que carecem de análise detalhada, fontes confiáveis e respeito no tratamento aos envolvidos. Se a apuração dos fatos é feita de forma muito simples, sem que haja a procura de maiores informações que poderiam servir como base para entender o que poderia ter levado um acontecimento até aquele ponto, isso refletirá também na superficialidade da reflexão da população.

Em um rápido acesso ao portal aqui em estudo, pode-se notar também a grande quantidade de propagandas presentes (Figura 4), dividindo acirradamente o espaço com as notícias, ganhando, muitas vezes, maior destaque que elas. São anúncios de produtos e serviços locais, demonstrando claramente que há empresas interessadas em difundir os seus serviços “em meio ao sangue”.

Fig. 04: Propagandas distribuídas na página d*O Câmera*.



Fonte: *O Câmera*, 2018. Disponível em <http://ocamera.com.br>.

A criação de um portal de notícias policiais como *O Câmera* acaba colaborando para que os leitores tenham um maior nível de interatividade com o que leem e com outros usuários que acessam o mesmo *blog*. Tendo isso em vista, o portal acaba, muitas vezes, se

aproveitando do interesse público para espetacularizar fatos violentos na intenção de multiplicar o público leitor, ainda que seja de uma forma normalmente desencorajada pelo jornalismo de responsabilidade social.

Tendo um público que acredita na credibilidade do *site*, o sensacionalismo adotado pelo portal pode gerar na população um desejo de justiça, uma inconformidade com a lei ou com a falta dela. Dessa forma, estando na internet, o modo mais viável para as pessoas expressarem seu descontentamento é reproduzindo o discurso da violência em comentários no próprio *blog* e/ou compartilhando a postagem acompanhada destes mesmos comentários. Essa revolta também colabora para que determinada notícia circule ainda mais, ganhando repercussão e atingindo o intuito do portal, mesmo que ignore a ética jornalística e o debate social por trás de cada acontecimento noticiado.

CONCLUSÃO

Na TV, no rádio, na internet, no jornal impresso – o sangue está em toda parte. As pessoas acordam, almoçam e dormem com ele estampado nas notícias, nos grupos de *WhatsApp*, na *timeline* do Facebook e em tantos outros espaços digitais que se tornaram ambientes de sociabilidade, muitas vezes, vinculada à exposição do grotesco.

A insatisfação com o sistema judiciário brasileiro, a sensação perene de que a Justiça não pune devidamente e, portanto, não funciona, gera na população um sentimento de insegurança constante, de incapacidade da resolução dos casos de violência que acometem habitualmente a rotina da cidade.

Num cenário apreensivo, de fragilidade das relações sociais e comunitárias, a alusão à expressão “direitos humanos” se tornou motivo de discórdia. Nega-se direitos, incita-se o julgamento prévio por crimes não provados, pune-se antes pela mídia para depois se perguntar se a pessoa punida era, de fato, responsável pelo crime que lhe imputaram. “Fazer justiça com as próprias mãos” se tornou uma expressão corriqueira, que toma força quando grupos de pessoas espancam até a morte um jovem acusado de furto, por exemplo. O caso da Escola Base, na década de 1990, demonstra claramente que a imprensa não é devidamente punida pelos crimes que comete. O espaço cedido à acusação normalmente é bem maior que o espaço destinado à menção, por parte da imprensa, de que errou quando acusou equivocadamente. Qual o papel do jornalismo neste cenário? Como ele pode atuar no atenuamento do trágico

como espetáculo? Como ele pode tecer discursos que problematizem os fatos com maior responsabilidade social e ética?

Certamente não há uma resposta única. As teias deste cenário de violência e criminalidade não se originam de um único cerne. Tem tramas no sistema político, econômico, cultural. Mas também tem raiz em cada usuário que compartilha sem refletir, sem se perguntar sobre a consequência da sua ofensa comentada, sem se questionar sobre a vulnerabilidade que ele próprio está sujeito dentro do sistema sociopolítico.

Cabe ao jornalismo ético continuar questionando. Fazendo diferente. Observando. Denunciando aquilo que mancha de sangue o espaço que poderia ser de análise e de construção de um corpo noticioso mais humanizado e de estímulo à diminuição da violência.

REFERÊNCIAS

- ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue:** um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995. Col. Novas Buscas em Comunicação; v. 47. Disponível em: <http://bit.ly/2IIM9JL>. Acesso em 19 de maio de 2018.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal:** uma releitura. 5ed. São Paulo: Summus, 1986.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia:** jornalismo como produção social de segunda natureza. 2ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MICHAUD, Yves. **A violência.** São Paulo: Ática, 1989.
- JENKINS, Henri. **Cultura da convergência.** 2ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- PAULIN, Bruna do Amaral; DORNELLES, Beatriz Côrrea. A construção das imagens das bandas The Beatles e The Rolling Stones através dos jornais The Times e The Guardian. **IV Mostra de Pesquisa da Pós-graduação PUCRS.** Disponível em: <http://bit.ly/2GKzJip>. Acesso em 18 de maio de 2018.
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** 3ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo. Volume 1: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.
- WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** 4ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.